

2

Mulheres nas Forças Armadas brasileiras

Em 1992, ainda como parte do processo de construção de uma democracia plena no país, uma das mais coesas instituições adere ao princípio da igualdade de gênero e abre-se finalmente para as mulheres. Naquele ano, o Exército Brasileiro realizava o primeiro concurso misto para a formação do Quadro Complementar de Oficiais.

Se hoje, de uma forma em geral, a inserção das mulheres nas fileiras do Exército Brasileiro já se configura como uma realidade consumada, ainda assim esta precisa ser discutida, uma vez que ocorre em processos contínuos e pode a qualquer tempo desencadear incompatibilidades que, como peças de quebra-cabeça, não se encaixam em lugar que não os seus próprios.

Partindo desta imagem é preciso entender melhor este quebra-cabeça, que são as relações de gênero no Exército Brasileiro de maneira a analisar de que forma hoje as peças femininas estão sendo encaixadas.

As Forças Armadas, assim como diversas outras instituições que compõem a nossa estrutura social, não ficaram imunes às profundas transformações sociais que se têm verificado nos últimos tempos.

Instituição tradicionalmente caracterizada como um território exclusivo dos homens, o Exército Brasileiro vivenciou nos últimos anos uma série de adaptações ao abrir-se como um campo de atuação para as mulheres a partir de inclusão do recrutamento feminino.

2.1

Uma breve revisão bibliográfica

Observa-se que no Brasil, apesar da extensa produção acadêmica sobre militares, poucos são os trabalhos que dão ênfase em suas análises sobre os valores, crenças e atitudes que permeiam o universo das instituições militares.

Se fizermos um recorte desta temática para as pesquisas que abordem a participação feminina nas FFAA, teremos uma produção bastante escassa, onde mais raro ainda seriam os estudos que envolvam especificamente a participação desse segmento no Exército Brasileiro.

Pautada por esta escassez de referências sobre o tema, nosso esforço será o de apresentar uma breve revisão crítica de algumas referências teóricas das Ciências Sociais que discutem a temática da presença feminina no Exército Brasileiro. O objetivo desse levantamento bibliográfico será, sobretudo, analisar de que forma os conceitos de poder e gênero são apropriados e utilizados nos estudos desta temática nos últimos anos.

Em virtude da baixa produção sobre o tema da participação feminina no Exército Brasileiro, faremos uma breve contextualização nos estudos de autoras que discutem a inserção feminina em outras Forças, para em um segundo momento analisarmos especificamente os autores que discutem a feminilidade na Força Terrestre.

Assim, entre alguns dos autores que analisam o quadro feminino nas Forças Armadas através de estudos considerados relevantes para esta pesquisa destacamos a contribuição de: Sônia Carvalho (1990), Emília Takahashi (2002) e Maria Celina D'Araújo (2003).

Das pesquisas apresentadas por Sônia Carvalho enfatizamos o estudo “Casacaseria: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares”, onde a autora nos relata sobre as condições de trabalho das militares integrantes do quadro de funcionários do Centro de Aplicações Táticas e Recompimento de Equipagens (CATRE), identificando como são construídas as relações de convívio na instituição em destaque.

A autora destaca como ponto forte de seu estudo os valores militares da disciplina e hierarquia, internalizados como valores tipicamente masculinos. Segundo ela na cultura militar não existiria o homem ou a mulher, existiria o militar, porém como essa cultura teria sido construída por homens para um público formado por homens, a mulher militar necessitaria por vezes masculinizar suas ações para ser reconhecida de fato como militar.

Em sua dissertação de doutorado “Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar”, a autora Emília Takahashi nos apresenta um trabalho etnográfico sobre a construção da identidade militar em homens e mulheres integrantes da Academia da Força Aérea (AFA).

Em seu estudo a autora narra através de uma rica descrição do universo que permeia a escola militar como se constitui o oficial da aeronáutica nos seus quatro anos de formação; indicando as atividades, as dificuldades e os valores adquiridos durante todo o período de convivência na instituição.

Já D’Araújo analisa em seu artigo “Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas: a integração das mulheres às Forças Armadas do Brasil”, incluindo também algumas considerações sobre uma possível incorporação de homossexuais. Ressalta que o acesso limitado das mulheres à carreira militar encontra-se, sobretudo, na idéia de “sexo frágil” enquanto que os homossexuais são restringidos por valores de ordem moral e religiosa.

Os primeiros estudos a abordarem a participação feminina especificamente no Exército Brasileiro têm suas origens no início dos anos 1980 e partiram dos próprios militares do Exército, alunos da escola de especialização para oficiais superiores, notadamente a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Suas pesquisas tinham como objetivo analisar os resultados iniciais da incorporação das mulheres em outras Forças e verificar a viabilidade da inserção do segmento feminino como militares no EB.

Pensa-se que esses estudos podem ser frutos das mudanças sociais e políticas ocorridas no país, oriundas do recente processo de transição do regime político militar

para o regime político-civil vivenciados pela sociedade e da atuação maciça do movimento de mulheres pela igualdade de direitos.

Entre os trabalhos que vieram a se constituir como referências a esse estudo, destacamos os desenvolvidos por: Rodrigues (1989), Bernardes (2005), Caire (2002) e Alexandre Reis (2007).

A dissertação “O corpo feminino no Exército Brasileiro: condicionamentos básicos para implantação, vantagens e desvantagens, possibilidades de emprego” do então Major de Infantaria Antonio Carlos Rodrigues (1989) pode ser considerada como um trabalho pioneiro no estudo desta temática.

Defendido na Escola de Comando e Estado Maior do Exército¹, em 1989, trás durante todo o seu desenvolvimento os limites e possibilidades da mulher ombrear-se com os homens, num reduto tradicionalmente reservado ao sexo masculino.

O que chama a atenção nessa pesquisa são as considerações do autor sobre as condições necessárias para a inserção do quadro feminino na instituição militar. Rodrigues é enfático ao delinear as condicionantes que segundo ele deveriam limitar a participação feminina em atividades operacionais, destacando a parte física e corporal, reflete, no entanto, que as desigualdades morais e corporais devem ser superadas, uma vez que a inclusão das mulheres nas fileiras do Exército levaria ao enriquecimento dos recursos humanos mobilizáveis, permitindo um melhor aproveitamento do Potencial Nacional.

O artigo “O cotidiano das enfermeiras do Exército Brasileiro na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Teatro de Operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945)” de Bernardes (2005), apresenta um instigante estudo de cunho histórico onde descreve desde todo o período do recrutamento até a fase de licenciamento das primeiras mulheres convocadas oficialmente a integrar as forças militares brasileiras na Itália.

O autor buscou demonstrar que nesse período o Exército vivenciou, ainda que prematuramente, um processo de (re)estruturação com vistas a unir os conhecimentos

¹ O distintivo/diploma de “Estado-Maior” confere ao Oficial portador o prestígio de pertencer a “elite intelectual” do Exército, alguém que potencialmente poderá um dia compor a cúpula da instituição nos mais altos cargos da hierarquia militar. Os Oficiais que pretendem cursar a ECEME devem ser aprovados em concurso interno.

profissionais desse segmento de mulheres à real missão institucional. É notório que durante todo o seu estudo Bernardes busca descrever ao leitor os diversos simbolismos (físicos, verbais e comportamentais) que delineiam a dinâmica de uma Organização Militar, o que enriquece sobremaneira em vários aspectos o entendimento de seu trabalho.

Bernardes coloca que já nesse período um dos maiores fatores impeditivos para a escolha feminina em abraçar a carreira militar eram os preconceitos e os estereótipos que caracterizavam as instituições militares como ambientes inóspitos ao gênero feminino.

O livro “A mulher militar: das origens aos nossos dias”, de Caire (2002), publicado pela editora militar Bibliex, relata o emprego da mulher no universo militar, desde a sua agregação aos exércitos medievais até a sua efetiva incorporação/participação nos exércitos modernos.

O destaque de seus capítulos está na apresentação das diversas imagens da instituição durante toda a História brasileira com ênfase ao período pós-transição ditatorial onde a inserção da mulher militar constituiu-se num importante elemento reconstrutor da então desprestigiada imagem dos militares, auxiliando-os enquanto organização a encontrar seu novo papel na sociedade em transição democrática.

Vale ressaltar a ênfase dada em todo o discurso sobre a competência profissional feminina que, no entanto, deve ser entendida enquanto uma característica discriminatória uma vez que passa a exigir do trabalho feminino super-competência, em detrimento ao exigido aos homens.

O último dos trabalhos destacados e o mais recente é o intitulado “Braço forte, mão amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar” de Alexandre Reis (2007). Em sua dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, o autor retrata as relações de gênero existentes em um Colégio Militar do Exército a partir das estruturas objetivas e subjetivas desse espaço.

Para o autor essas relações devem ser valorizadas como base nas implicações geradas pela divisão social dos papéis sexuais. Notadamente Reis em seu estudo buscou analisar as questões relacionadas às condições de

trabalho desiguais para homens e mulheres militares, e o processo de feminização da Força.

Reis trabalha com a idéia de que a temática envolvendo a mulher militar no EB corrobora um inquietante fascínio em torno dos desdobramentos do universo feminino que, de algum modo, desafiam os persistentes papéis socialmente construídos e a imposição das funções a serem desempenhadas pelas mulheres. Segundo ele, embora hoje os determinantes sócio-culturais não sejam tão rígidos como foram outrora, ainda se constitui como presença marcante nas trajetórias femininas, permanecendo, assim, instituições sociais em que a presença feminina ainda seria um obstáculo a ser vencido.

O objetivo desta análise ao fazer um breve balanço descritivo destes estudos foi promover um diagnóstico inicial comparativo capaz de possibilitar a compreensão de como estão sendo conduzidas as discussões sobre a participação feminina no Exército Brasileiro no meio acadêmico, seja ele civil ou militar.

Destacamos que os trabalhos citados foram de extrema importância para o referido campo de conhecimento, tanto pela seriedade acadêmica com que foram trabalhados, quanto pela sua relevância política e social, uma vez que ao expor para o leitor é possível perceber que seus olhares se direcionam para além das análises mais tradicionais como o estudo dos militares na política.

Assim, a partir de olhares distintos encontramos nos trabalhos desses autores novas possibilidades de abordagem e interpretação de um universo institucional bastante específico e ainda pouco conhecido.

Enfatizamos que a partir desse diagnóstico foi possível perceber uma quase ausência de referências teóricas e análises de cunho crítico relacionadas à presença da mulher em organizações em que ela continua, de certa forma, impedida de galgar os mais altos degraus de ascensão e do reconhecimento profissional, como é o caso do Exército Brasileiro.

Por esta razão, foi imprescindível este mapeamento que apontou para a necessidade da temática ainda ser explorada e articulada, permitindo a sua plena discussão e entendimento.

2.2

Feminização das Forças Armadas brasileiras: duas décadas de conquistas

O desenvolvimento capitalista trouxe consigo profundas mudanças de ordem econômica, política e social que repercutiram consideravelmente sobre o nível e a composição da força de trabalho. Com suas mudanças tecnológicas que acabavam por dispensar o uso da força física intensificou-se a inserção feminina nas fábricas, espaços marcadamente masculinos.

Com este primeiro ingresso feminino no mundo tradicionalmente masculino, iniciou-se a abertura de novas e diferentes possibilidades de atuação. O militarismo pode ser visto como um desses espaços historicamente masculinos.

No Brasil a inserção de mulheres nas Forças Armadas como militares pode ser vista como algo recente, uma vez que elas passam a tomar parte deste espaço a partir da década de 1980, em meio às várias mudanças vivenciadas neste período pela sociedade brasileira.

Neste item pretendemos descrever o processo de feminização das Forças Armadas brasileiras a partir da admissão desse segmento que rompeu com o esquema tradicional de recrutamento das mulheres apenas em tempos de guerra para o alistamento voluntário feminino.

2.2.1

Presença feminina em atividades militares: breve histórico

A presença feminina em atividades militares ocorria inicialmente apenas em momentos específicos como em períodos de guerra embora, historicamente, na maioria das culturas, a guerra sempre foi tida como uma atividade masculina, o que caracterizava a profissão de soldado como monopólio dos homens.

Nos períodos de guerra a participação feminina era vista como indireta, uma vez que não combatiam diretamente e seu papel era restrito ao cuidado dos combatentes feridos como agentes da área de saúde.

A partir da segunda metade do século XX, as Forças Armadas de vários países do mundo abrem suas frentes e passam a admitir as mulheres em suas fileiras.

Muitos pesquisadores buscam em suas análises entender a motivação para a ruptura do esquema tradicional de recrutamento das mulheres apenas em tempos de guerra para um alistamento voluntário também em tempo de paz.

Seja por uma maior inclusão no processo democrático, pelo advento das novas tecnologias de guerra que dispensam o uso da força muscular, ou ainda por uma necessidade estrutural das Forças Armadas do uso da mão-de-obra feminina engajada para engrossar o contingente de soldados, uma vez que é cada vez maior o desinteresse do público masculino, o que podemos admitir é que a abertura da caserna às mulheres, marca a história dos Exércitos Ocidentais², abrindo espaço para uma atuação diferente das funções auxiliares “indiretas”.

Cabe ressaltar, também, a contribuição para essa ruptura do empreendedorismo daquelas que romperam com as regras impostas pela sociedade patriarcal de sua época para atuarem nos campos de combate.

Leonzo (1997) aponta para o descaso dos historiadores, especialmente os estudiosos da historiografia militar brasileira, que muitas vezes relegam ao segundo plano ou mesmo desprezam a participação das mulheres neste campo.

A historiadora enfatiza o pioneirismo de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, que fugiu da casa dos pais para se alistar nas fileiras das forças patrióticas sob o nome de “Medeiros”. Incorporada à Força, em meados de 1820 participou da Guerra da Independência, conduzindo um grupo de baianas que repeliu as tropas metropolitanas. Surgia assim a primeira mulher que assentou praça numa unidade militar no Brasil, ainda que escondesse a sua condição feminina³ (Leonzo, 1997).

² Entre os países que se destacam no número de mulheres em suas forças armadas estão os Estados Unidos, 14% em relação ao total de soldados do país, Canadá com 11%, Hungria com 9% e França com 8,5%, de acordo com dados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, 2000).

³ Maria Quitéria foi descoberta antes de a guerra acabar, mas sua bravura e coragem foram reconhecidas e a ela foi concedido um soldo equivalente ao recebido por um soldado, sendo também condecorada por D. Pedro com a Imperial Ordem do Cruzeiro, mas tarde foi escolhida como Patrono da Instituição da Quadro Complementar de Oficiais Exército Brasileiro (QCO).

Podemos dizer então, que apesar das participações femininas terem sido diversificadas e cruciais em muitos combates, historicamente, nossa herança cultural advinda da glorificação de feitos heróicos que ocorreram nos campos de combate é representada pelo sexo masculino, às mulheres reservava-se o papel de defensoras dos filhos ou a menção de funções de cunho assistencial, desvinculadas das atividades bélicas.

Em meio às funções assistenciais que a história exalta como próprias das mulheres, a enfermagem destaca-se como a ocupação mais valorizada que uma mulher poderia desempenhar nos campos de batalha. Não é de se estranhar, portanto, que a figura feminina, tratada como heroína na historiografia brasileira, seja a de Ana Neri⁴.

Foi com a II Guerra Mundial que o caráter assistencialista da colaboração feminina foi amplamente difundido. Isso porque nas trincheiras da guerra era cada vez maior a necessidade de enfermeiras já que os norte-americanos estavam sobrecarregados e não falavam o idioma dos futuros pacientes e no Brasil as mulheres eram cada vez mais atraídas pela enfermagem, motivadas pela valorização e pela dimensão dada pelo cinema ao trabalho feminino realizado junto à Cruz Vermelha, (Leonzo, 1997).

Em nove de outubro de 1943, o jornal **O Globo** publicou uma chamada solicitando que mulheres, entre 18 e 36 anos, solteiras, viúvas ou separadas e que possuíssem alguma qualificação para o serviço de Enfermagem, se apresentassem para a seleção do quadro de enfermeiras da reserva do Exército, criado mais tarde em dezembro deste mesmo ano.

Depois de selecionadas, elas começaram o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva (CEERE), ministrado pela Diretoria de Saúde do Exército. Este curso comportou três módulos distintos: parte teórica, preparação física e instrução militar, possibilitando que as candidatas incorporassem os princípios militares e contribuindo para a padronização do comportamento dessas enfermeiras no Teatro de Operações (TO) na Itália.

⁴Ana Neri partiu para os campos de batalha para socorrer seus filhos e ficou conhecida como "Mãe dos Brasileiros" ao estender seus cuidados aos demais combatentes feridos na Guerra do Paraguai. Outras mulheres também atuaram como enfermeira, entre elas: Joana Angélica, Rosa da Fonseca, Bárbara Heliadora, Soror Angélica e Felisbina Anunciação Fernandes Silva.

Foram enviadas, para compor os quadros da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Teatro de Operações da Itália, o total 73 enfermeiras voluntárias, 67 delas enfermeiras hospitalares e 6 especialistas em transporte aéreo. Elas serviram em quatro diferentes hospitais do Exército Norte-americano.

Segundo o relato de uma das enfermeiras⁵ voluntárias da FEB as dificuldades não se restringiram às condições precárias e perigosas das zonas de combate, elas também enfrentaram preconceitos por decidirem adentrar num campo predominantemente masculino:

As primeiras voluntárias do Brasil sofreram difamações horríveis. Até a mulher de um militar de alta patente do Exército tachou-nos de "prostitutas que queriam ir para a guerra para fazer a vida". A nossa guerra, na realidade, começou aqui mesmo... (Cansação, 1987, p. 724).

Como exemplo ilustrativo das ações preconceituosas vivenciadas por este grupo podemos citar a própria reprovação social, da esposa do ministro da Guerra, Sra. Dutra ao saber que foi nomeada patrona das enfermeiras da FEB, ao dizer em voz alta que era contra o fato de mulheres entrarem no Exército e que “isso era coisa de moças que não prestavam” (Moraes, 1949, p. 411).

Diferentemente do que ocorreu na Guerra do Paraguai, a ida de mulheres para o teatro de operações na II Guerra foi relacionada a uma política governamental de mobilização da população civil e ainda que sua participação junto às Forças Armadas Brasileiras tenha se restringido ao campo assistencial, com funções claramente definidas de suporte aos combatentes, vale ressaltar que aquelas enfermeiras foram as primeiras mulheres a ingressar oficialmente no serviço ativo, rompendo padrões sociais da época e subvertendo, mesmo que temporariamente⁶, o paradigma tradicional da divisão social dos papéis sexuais que permeia a instituição militar.

Em síntese, no Brasil a participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial representou um momento de afirmação dos direitos conquistados na década de 1930 e a consolidação de seu papel na sociedade. Em outras palavras, ao demonstrar a sua importância no esforço de guerra, a mulher iniciou um processo de desmonte de

⁵ CANSACAO, Elza. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1987.

⁶ Após a Guerra, assim como o restante da FEB, as enfermeiras, em sua maioria, foram condecoradas, ganharam a patente de oficial e foram licenciadas do serviço ativo militar.

qualquer argumento contrário a sua participação na vida política, ocorrendo aí uma ruptura do discurso tradicionalista, voltado para o paternalismo e afirmação do papel da mulher somente como procriadora e responsável pelo lar.

Segundo Leonzo (1997), passado a guerra, as Forças Armadas brasileiras iniciam um processo de criação de funções internas e tarefas próximas às existentes nas profissões civis influenciadas pelas organizações burocráticas do mundo moderno. Assim, nos anos posteriores à guerra, foram feitas reformas estruturais⁷ voltadas para a coordenação dos aparatos militares.

É dentro dessa dinâmica de modernização que as mulheres vão conseguir um espaço para atuar internamente no Exército como civis, uma vez que nas novas funções a fraqueza física da mulher frente ao homem não seria contestada (Leonzo, 1997).

No decorrer da década de 1970, o movimento feminista surge como um grupo organizado voltado à luta contra a discriminação sexual, postulando uma revisão nas relações entre os sexos e a inserção da mulher nos diferentes ambientes de trabalho, incluindo aí a esfera militar. Para este segmento, a emancipação feminina ocorreria através de sua inserção na dinâmica sócio-econômica, onde a figura do “trabalhador” deveria ser compartilhada entre homens e mulheres.

Esse movimento adquiriu uma importância relevante e, durante a década de 1970, as Forças Armadas de vários países do mundo começaram a admitir as mulheres em suas fileiras. Inicia-se então uma era marcante na história dos Exércitos ocidentais, pois assinala uma ruptura no esquema tradicional de recrutamento feminino apenas em tempos de guerra e, principalmente, abre espaço para reflexões e questionamentos sobre uma atuação feminina que perpassasse as funções auxiliares.

⁷ Em 1952, é feita a reforma na organização do Ministério da Guerra, cujo nome foi mudado em 1967 para Ministério do Exército. O Exército, nesse momento, passa por uma reestruturação interna, adquirindo modernos armamentos e a criando a Escola de Instrução Especializada (ESIE), cujo objetivo era aperfeiçoar os quadros (oficiais e sargentos) para o Exército, e outros estabelecimentos de ensino especializado.

Com o surgimento de novos direitos e a crescente participação social feminina na década de 1980, as Forças Armadas brasileiras⁸, a exemplos de outras Forças mundiais como a americana e a portuguesa, abriram suas portas para as mulheres, que passaram a integrar os quadros militares. Sobre o início do processo, Carvalho comenta:

Considerando a excelência dos resultados alcançados pela participação feminina nas Polícias Militares, a Marinha resolveu incorporar em seus quadros a mulher como militar, cujo fato histórico foi concretizado através da Lei nº 6.807 de 7 de julho de 1980, que objetivou suprir, a médio e longo prazo, recursos humanos necessários à substituição e ao repletamento de funções de natureza técnica e administrativa, até então exercidas por oficiais e praças em terra, liberando mão-de-obra qualificada para o setor operacional, exclusivo de militares do sexo masculino (1990, p. 96).

A presença das mulheres no Exército Brasileiro, como oficiais de carreira ou temporária é algo novo, se compararmos com as outras instituições militares brasileiras, sendo a última Força a aceitar o segmento feminino em seu corpo de militares.

Somente em dois de outubro de 1989, através da Lei 7831 é criado o Quadro Complementar de Oficiais (QCO), o que possibilitou definitivamente a entrada de mulheres no Exército no ano de 1992, quando puderam ingressar e envergar o tradicional uniforme do Exército, na Escola de Administração do Exército (EsAEx), mediante concurso público. Ao final desse mesmo ano, foram formadas 49 mulheres com a patente de 1º Tenente. Esse grupo serviu para suprir as demandas exigidas nas áreas técnica e administrativa.

Nos anos que se seguiram o Exército programou uma série de ações que permitiu a ampliação do quadro feminino na Força. Em 1996, foi instituído o Serviço Militar Feminino Voluntário⁹ para médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior. A primeira incorporação ocorreu em todas as 12 Regiões Militares do País e contou com um efetivo de 290 voluntárias.

⁸ A Marinha foi a primeira a admitir o seguimento feminino em 1980, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, para atuação na área técnica e administrativa, seguida pela Aeronáutica que passou a admiti-las um ano mais tarde em 1981.

⁹O militar temporário não faz carreira no Exército. Sua permanência máxima no serviço ativo é de oito anos. Após esse tempo, o militar é licenciado das fileiras do Exército como reservista e passa a integrar o efetivo de mobilização. Seu ingresso dá-se pelo Sistema do Serviço Militar.

Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia - IME (Rio de Janeiro - RJ) - matriculou a primeira turma que contou com a presença de dez alunas, a serem incluídas no Quadro de Engenheiros Militares¹⁰.

O ano de 1998 foi destaque em ações que permitiram às mulheres concorrerem à seleção para o quadro de integrantes do Exército em condições de igualdade com homens.

Foi nesse ano que ocorreram os primeiros concursos mistos para a Escola de Saúde do Exército, para o Estágio de Serviço Técnico e em caráter experimental¹¹ o projeto-piloto de prestação do Serviço Militar voluntário por mulheres, como "Atiradoras" em áreas carentes da Amazônia.

Ao analisar a percepção que os militares brasileiros teriam sobre as mulheres, D'Araújo (2000) observou que as restrições impostas à participação feminina em atividades nas áreas técnicas e administrativas decorrem basicamente da idéia predominante de fragilidade feminina que permeia o imaginário dos militares, em outras palavras o conceito popular de "sexo frágil".

As mulheres seriam percebidas então como seres emotivos, delicados, passivos, maternais, vulneráveis, indefesos, que necessitam de proteção enquanto que os homens são tidos como seres brutos, rudes, fortes, impessoais e agressivos, dignos representantes de uma instituição que por definição lida com o emprego controlado da força.

Segundo D'Araújo, as militares diariamente desafiam o conceito tradicional de soldado secularmente associado à valentia, atributo tido como masculino, na busca de ultrapassar a cultura institucional que favorece uma classificação desigual para o desempenho das funções a partir das características julgadas como exclusivamente feminina ou masculina (D'Araújo, 2000, p. 8).

Carvalho (1990) enfatiza que apesar dos esforços e da intensificação do apelo pela mudança no padrão de participação social feminino, as mulheres que optam pela

¹⁰Nesse Instituto, forma-se Oficiais nas seguintes especialidades: cartografia, comunicações, fortificação e construção, eletricidade, eletrônica, mecânica (armamento e automóvel), metalurgia, química e computação. A perspectiva na carreira é de 1º Tenente a General-de-Divisão (homens e mulheres), independente do tipo de curso de formação.

¹¹Foram matriculadas um total de 80 (oitenta) mulheres, distribuídas nos Tiros-de-Guerra de Manicoré-AM, Maués-AM, Lábrea-AM e Boca do Acre-AM. Atualmente este projeto encontra-se desativado.

carreira militar brasileira ainda esbarram em obstáculos não só culturais como também legais para exercer algumas funções.

Historicamente as leis¹² e políticas vigentes sobre o recrutamento feminino nas Forças Armadas impõem restrições quanto à participação em seu papel essencial - o combate, e reservam para elas as funções em setores relacionados à saúde e à administração.

Os procedimentos adotados pelas três Forças no que tange à admissão das mulheres podem ser considerados muito próximos, ao primarem pelo desempenho feminino em funções administrativas e ligadas à saúde, diferente dos homens, a quem é dada a opção de dedicar-se a funções consideradas de destaque nas instituições militares, que são as ligadas ao setor operacional e aos cargos de comando.

Na atualidade é possível encontrar militares do segmento feminino, sejam como "militares de carreira" ou "militares temporárias", ocupando cargos em organizações militares de todas as regiões do país, segundo critérios de conveniência e oportunidade de cada Força Armada, porém a grande maioria ainda encontra-se nos quartéis-generais, organizações militares de saúde, estabelecimentos de ensino e órgãos de assessoramento pelo fato de serem unidades administrativas.

Isto equivale dizer que elas foram admitidas desde que limitadas a algumas funções, o que segundo Carvalho pode evidenciar que as Forças Armadas brasileiras ainda não se constituem na prática como um espaço de atuação da mulher, pois, apesar da ruptura e inserção desse segmento nas instituições militares, as mulheres ainda se encontram submersas ao paradigma que define e justifica a desigualdade da divisão social dos papéis sexuais através de lugares tradicionalmente exercidos por homens e mulheres na sociedade.

¹²A incorporação da mulher tem por objetivo suprir recursos humanos necessários à substituição e ao recompletamento de funções de natureza técnica e administrativa (Lei Nr 6.807 de 07 Jul 80 – Marinha do Brasil); que em tempos de guerra as militares participam apenas através do Serviço Auxiliar, sobretudo na área de saúde (decreto Nr 86. 325 de 01 Set 81 – Força Aérea Brasileira); que o ingresso é restrito a conveniência e a participação como reserva revela o caráter transitório da carreira militar (item 1 do artigo 11 do Estatuto dos Militares)

2.2.2

Presença feminina na Escola de Administração do Exército: uma primeira aproximação das suas patentes e papéis

Este subitem apresenta considerações acerca da convergência da reforma administrativa deflagrada na década de 1980, com a criação de uma instituição militar de caráter profissionalizante. Traçaremos então um breve esboço desse momento histórico.

O contexto mundial a partir do final do século XX é caracterizado por mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Esse contexto atinge de forma significativa os setores da administração pública brasileira, especialmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Foram anos marcados pelo acirramento da crise fiscal, pelo descontrole inflacionário e pela formação de um consenso sobre a ineficiência do setor público.

Nesse período as organizações públicas, historicamente rotuladas como ineficientes, morosas e pouco produtivas para o desenvolvimento de uma capacidade administrativa que fossem capazes de responder às demandas de diversos setores da sociedade, passaram a se constituir no alvo por excelência das críticas ao Estado.

Entendidas enquanto entraves operativos para o desenvolvimento sócio-econômico nacional, essas organizações deveriam passar a conjugar eficiência, com relação a custos e efetividade com relação à qualidade de seus produtos ou serviços colocados à disposição de seus usuários.

Segundo Pereira (1999), o modelo de desenvolvimento capitalista, dirigido pelo Estado brasileiro, nesse momento, estava envolvido em crises política e econômica. A primeira causada pela transição do regime militar para o regime civil e a segunda motivada pela crise fiscal do Estado e pela exaustão da estratégia de crescimento nacional-desenvolvimentista.

Como resposta a essa crise econômico-social, agravado pelo processo de redemocratização, que se estendeu nos anos 1990, o Estado brasileiro buscou implementar um modelo de administração que visava a reduzir custos e ampliar a eficiência da prestação dos serviços públicos (Silberman, 1993).

Para isso, valorizar o servidor público e promover a renovação dos quadros de serviço eram as principais metas da política de recursos humanos do governo.

A formação de recursos humanos passava, cada vez mais, a constituir-se em fator importante, para a reforma administrativa do Estado, uma vez que o início da Nova República pode ser caracterizado pela ausência de políticas e diretrizes voltadas para o treinamento e desenvolvimento de recursos humanos como coloca Marcelino (1987).

Em resposta foram criadas a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (CeDAm), ambos vinculados à Secretaria de Recursos Humanos.

Segundo Souza (2003), a criação de escolas de governo, para a formação de gestores governamentais, foi uma estratégia empregada para a reorganização da administração pública, de forma a dar suporte ao atendimento das demandas sociais, políticas e econômicas afloradas nesse momento.

Logo, o Exército Brasileiro, instituição componente desse aparelho estatal, também vivencia esse contexto restritivo e também buscou na formação de recursos humanos soluções para superar dificuldades institucionais internas.

Entre algumas das reformas nos Recursos Humanos Militares destacamos a criação do novo quadro de carreira de Oficiais.

Em 1989, o Exército cria, por meio da Lei Nr. 7.831, de dois de outubro de 1989, o quadro de carreira de Oficiais denominado de Quadro Complementar de Oficiais (QCO), com o objetivo de aprimorar a capacidade administrativa do Exército e adequar-se aos novos paradigmas do capitalismo global de busca pela excelência por meio de conhecimentos técnicos especializados.

Ao profissionalizar militarmente esses recursos humanos, buscava-se integrar e aprimorar os conhecimentos advindos do meio acadêmico civil com os conhecimentos específicos militares, adequando então a capacidade administrativa militar ao novo cenário da administração pública.

A meta então era suprir o Exército Brasileiro com pessoal de formação superior civil para o desempenho de cargos e funções da administração militar de natureza complementar, previstos em sua estrutura organizacional, que até então estavam sendo

desempenhadas por Oficiais com formação bélica cursados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escolha de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME).

Por cargos de natureza complementar, na estrutura organizacional militar, o Decreto Nr 98.314, de 19 de outubro de 1989 - Regulamento do QCO - define:

São considerados de natureza complementar os cargos e funções cujas atividades não estão relacionadas diretamente com as operações militares e exijam, para o seu desempenho, pessoal com formação superior específica, não existente nos atuais Quadros, Armas e Serviços.

Com a criação do QCO passava a ocorrer a divisão de tarefas por áreas de conhecimentos específicos, suprimindo uma necessidade constante nas Organizações Militares de continuidade dos trabalhos administrativos, interrompidos frequentemente em decorrência das movimentações impostas pela política de pessoal¹³ de mobiliar as organizações militares da atividade-fim e proporcionar vivência nacional aos oficiais da linha bélica.

Rosa (1997), ao analisar a necessidade de movimentação dos oficiais do QCO, afirma:

A solução de continuidade, sobretudo, do exercício de algumas funções administrativas, seria evitada pela permanência mais prolongada do oficial do QCO na mesma OM. A necessária continuidade das rotinas burocráticas e administrativas seria garantida pelo oficial do QCO que se tornaria a memória viva da OM” (Rosa, 1997, p. 21).

Informações do Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), comprovam que o QCO foi criado com a finalidade de:

... agregar ao Exército, oficiais das mais diversas áreas e especialidades para exercerem, na Força, atividades específicas - assessoramentos ao escalão superior, ensino e atividades administrativas – e assim liberar os oficiais de Armas e Serviços para as atividades-fim.

¹³Normalmente com dois anos e no máximo três num mesmo local de trabalho.

Assim, o QCO foi direcionado para atuação em quatro áreas do conhecimento específicas, quais sejam: ciências exatas, ciências sociais, ciências humanas e de saúde, abrangendo mais de uma dezena de especialidades.

Após aprovação em concurso de âmbito nacional para civis e praças militares possuidores de diploma legal, reconhecido por Instituição de Ensino Superior, nas áreas de conhecimento de interesse do Exército publicadas anualmente em editais, o aluno inicia o Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, realizado na Escola de Administração do Exército¹⁴ (EsAEx) na cidade de Salvador estado da Bahia (BA). No curso o futuro Oficial irá se preparar para assumir as responsabilidades e funções de oficial do Exército, de acordo com sua especialidade.

Sob o regime de externato e com duração de 32 semanas, o referido curso é dividido em duas fases:

A primeira fase com duração de 15 semanas, denominada de Instrução Militar Básica, é composta de assuntos inerentes à formação ética profissional do militar¹⁵, onde são focalizados os valores, as tradições, os cerimoniais, rituais e a socialização dos novos membros à cultura organizacional militar e à vida cotidiana na caserna. É ministrada em grupos unificados, independente da especialidade de cada um.

A segunda fase com duração de 17 semanas, denominada de Instrução Específica, é composta pelos assuntos direcionados, por área de conhecimento, onde é focada a aplicação do conhecimento civil na área militar¹⁶, em outras palavras, busca-se o desenvolvimento das competências necessárias ao cumprimento das atribuições próprias da especialidade de cada um associado às especificidades militares.

¹⁴EsAEx foi criada em 1987, com o objetivo de capacitar gestores da linha bélica para ocuparem os cargos da Administração Militar. A capacitação era destinada aos Capitães e Oficiais Superiores, sem o curso da ECEME. Essa experiência durou de 1988 a 1989, sendo extinto em 1990, em decorrência da criação do QCO.

¹⁵Entre as matérias do Curso Básico de Formação Militar estão: Armamento, munição e tiro; Administração militar; Atividades logísticas; Combate; Comunicações; Desenvolvimento da personalidade militar; Dinâmica de grupo, Educação moral e cívica; Higiene, profilaxia e primeiros socorros; Informática; Instrução geral; Marchas e estacionamentos; Organização e emprego das Forças Armadas; Ordem Unida; Topografia de campanha e Treinamento físico militar.

¹⁶O administrador irá se deparar com as vicissitudes da administração militar, o advogado da justiça militar, o contador do gerenciamento da contabilidade pública federal, o professor do sistema de ensino do Exército e assim sucessivamente.

Após a conclusão do curso, o oficial-aluno é promovido, por ato normativo publicado em **Diário Oficial da União**, ao posto de primeiro-tenente de carreira, passando à situação de militar e sendo designado, por necessidade do serviço, para ocupar um cargo de natureza complementar, em uma das organizações distribuídas pelo território nacional.

A carreira deste Quadro está estruturada em quatro postos hierárquicos: 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel. Ressaltamos, porém, que o tempo de permanência em cada posto é diferenciado dos oficiais com formação bélica, nesse caso bem maior. Isso ocorre devido ao período compreendido entre o primeiro e último posto da carreira ser menor do que os demais oficiais.

Com o tempo regulamentar em cada posto e, realizando os cursos de aperfeiçoamento de oficiais no posto de capitão, os militares serão promovidos, por mérito ou antiguidade nos postos acima mencionados.

A Escola de Administração possui um corpo docente misto de instrutores militares e professores civis com capacidade para formação de até 115 alunos por ano. Segundo informações da Diretoria de Especialização e Extensão, órgão responsável por sua coordenação, do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) o custo do curso por aluno está estimado aproximadamente em R\$ 90.000,00.

Um significativo momento para a Escola e, conseqüentemente para todo o Exército Brasileiro, foi a inclusão do segmento feminino no ano de 1992.

Neste primeiro ano de abertura ao segmento feminino, 41,4 % do efetivo total do corpo discente foi composto por mulheres, totalizando 49 militares.

Participantes da primeira turma composta por ambos os sexos, denominada Turma Maria Quitéria, as mulheres receberam as mesmas instruções militares ministradas aos homens, marchas, acampamentos, exercícios de tiro, jogos de guerra (em computadores), manobras logísticas, e etc, cada qual na esfera de sua especialidade.

A admissão das mulheres gerou não só adaptações físicas à Escola como a construção de instalações sanitárias e vestiários privativos, mas também a criação de novos regulamentos e procedimentos que, dentre outras coisas, determinavam:

- Padronização do uso de adornos, maquiagem, roupas íntimas e do corte de unhas das militares¹⁷;
- Manifestação, comunicação de efetivação e/ou rompimento de relacionamento afetivo¹⁸;
- Conduta em relação ao acesso a alojamentos.¹⁹

Embora o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx), informe que a instituição não criou um “quadro feminino” pois as mulheres passaram a integrar funções já existentes, trabalhando nas mesmas condições dos oficiais do sexo masculino e concorrendo igualmente às promoções”, é preciso que se olhe para esse processo como um momento de ruptura de antigos paradigmas, uma vez que tais adaptações não podem ser entendidas como frutos isolados das transformações sociais ocorridas ao longo do século XX.

O QCO possibilitou a entrada da mulher no Exército concorrendo a promoções em condições de igualdade com os homens, nesse sentido, os critérios de avaliação de desempenho profissional não discriminam o sexo; e o acesso aos postos mais elevados da carreira não discrimina homens e mulheres nos respectivos Quadros.

Com presença relativamente recente na Força, o segmento feminino ainda é novidade para muitos nos quartéis. Vale refletir, porém, para além desse aspecto, se a entrada desse segmento está sendo vista não pelo viés da “igualdade de oportunidades” para as mulheres e sim pela “igualdade entre homens e mulheres”.

Considerada a importância dos símbolos nas organizações e, em particular nas organizações militares, como uma das formas de reforçar valores, (Berger e Luckmann, 2003), o QCO também possui seus simbolismos, representados por sua insígnia e seu patrono.

¹⁷Ex: uso de apenas um colar com espessura máxima de cinco milímetros de uma pulseira a ser usada no mesmo braço do relógio, relógio totalmente preto ou prateado, em tamanho discreto, um par de brincos pequenos e discretos, uma aliança, maquiagem em tons claros e utilizada com moderação, roupas íntimas brancas ou da cor da pele a fim de evitar transparências e unhas com o comprimento máximo limitado às pontas dos dedos, se pintadas, o esmalte deve ser de cor clara ou transparente.

¹⁸Ex: é proibido aos militares, manifestarem comportamentos como andar de mãos dadas, beijos, abraços, apertos de mãos prolongados, permanecer mais próximo que a distância de um braço estendido durante conversas, troca de olhares prolongados, enquanto no interior de Organizações Militares e/ou uniformizado.

¹⁹Ex: é proibido o acesso de militares a alojamentos ou apartamentos do sexo oposto. Tal acesso só é permitido em caso de revistas autorizadas pelo Comando, ou em casos de emergência.

No Exército, a insígnia tem por finalidade identificar a especialidade das armas, quadros e serviços. Segundo o Boletim do Exército Nr 08 de 10 de fevereiro de 1992, a insígnia do QCO está representada na figura de um triângulo isósceles vazado representando o conhecimento civil e uma espada sobreposta relativa ao conhecimento militar. A interseção dessas figuras corresponde à integração desses dois conhecimentos.

Cada Arma/Quadro/Serviço do Exército tem o seu patrono como tradição a ser cultuada. As qualidades e habilidades deste são associadas às peculiaridades de cada Arma/ Quadro/ Serviço e utilizados para reforçar valores e estimular a tropa pelo exemplo.

O QCO não possuiu Patrono até 1996, quando três anos antes a Secretaria-Geral do Exército fez publicar, no **Noticiário do Exército**, de dois de outubro de 1994, uma nota em que solicitava a indicação de um patrono para o novo Quadro da Força, cujas propostas deveriam ser encaminhadas ao Centro de Documentação do Exército.

Das várias sugestões feitas, destacou-se o nome de Maria Quitéria de Jesus, combatente nas “Guerras da Independência”, encaminhada por tenentes QCO integrantes da primeira turma da EsAEx a receber o segmento feminino.

O patrono do Quadro Complementar foi instituído mediante decreto presidencial assinado em 28 de junho de 1996, publicado no Diário Oficial da União em 1º de julho daquele ano.

A escolha de Maria Quitéria para o rol de insígnias patronos da instituição repercutiu de forma positiva na imagem da organização, uma vez que valorizou a mulher brasileira, sendo assim reconhecida e homenageada como uma das maiores heroínas da nação.

Tal fato ainda adquiriu uma ampla dimensão histórica, uma vez que o Exército brasileiro através dessa ação elevou uma mulher ao ápice de seus maiores ícones militares, ainda que para ser reconhecida como uma “combatente modelo” tenha sido necessário tornar-se “funcionalmente” masculina.